



Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon *Estado do Paraná*

REQUERIMENTO Nº 433/2025

Data: 29 de setembro de 2025

Ementa: solicito informações ao Executivo Municipal sobre a existência de legislação que assegure aos servidores públicos, pais ou responsáveis por filhos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a redução da carga horária sem prejuízo da remuneração, conforme art. 98, § 3º da Lei nº 8.112/90 atualizada pela Lei nº 13.370/16.

Senhor presidente,

Requer-se, após deliberação regimental do plenário, encaminhada cópia do presente ao Executivo Municipal, para que autorize os setores competentes a fornecer, nos termos do artigo 59, inciso XIII, da Lei Orgânica Municipal, as informações abaixo solicitadas por este vereador.

Nos termos do artigo 98 da Lei nº 8.112/1990, com a redação atualizada pela Lei nº 13.370/2016, fica assegurado ao servidor público o direito à concessão de horário especial, sem prejuízo do exercício do cargo. Ademais, o § 3º do referido dispositivo legal estende tal prerrogativa ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência, garantindo, assim, maior proteção e amparo às famílias que necessitam conciliar a vida funcional com o cuidado e acompanhamento indispensável a seus dependentes.

Diante disso, solicita-se o seguinte esclarecimento:

1. Quais os critérios e procedimentos exigidos para que o servidor possa requerer esse direito?
2. Quantos servidores públicos já foram beneficiados por esta legislação no município?
3. Existe atualmente alguma Lei Municipal ou regulamentação interna que trate sobre a redução da carga horária para servidores públicos que tenham filhos diagnosticados com TEA, sem redução salarial?

A respeito da existência de legislação municipal que assegure aos servidores públicos que sejam pais ou responsáveis legais de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a redução da carga horária sem prejuízo da remuneração, tende a possibilitar o acompanhamento em consultas médicas, terapias e demais atendimentos necessários ao desenvolvimento da criança.



Rua Tiradentes, 1120
Cep 85.960-174



(45) 3254-3096



16ª Legislatura
2025-2028



(45) 99135-7143



secretaria@marechalcandidorondon.pr.leg.br



Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon *Estado do Paraná*

Portanto, este requerimento fundamenta-se no dever constitucional dos parlamentares de fiscalizar a atuação do Executivo Municipal, bem como de zelar pela proteção social e pela garantia de direitos às famílias.

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.

Plenário Ariovaldo Luiz Bier, em 29 de setembro de 2025

FERNANDO CESAR S. DO NASCIMENTO
(FERNANDO NÈGRE)
VEREADOR



Rua Tiradentes, 1120
Cep 85.960-174



(45) 3254-3096



16ª Legislatura
2025-2028



(45) 99135-7143



secretaria@marechalcandidorondon.pr.leg.br